

ZENILDA DE ARAÚJO VAZ

A REVOLTA DE 1957

FRANCISCO BELTRÃO

1998

ZENILDA DE ARAÚJO VAZ

A REVOLTA DE 1957

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista para Educadores de Jovens e Adultos. Sob a orientação da professora Serlei Maria Fischer Ranzi.

FRANCISCO BELTRÃO

1998

*“Aos netos Andrieli, Andryo, Emanuella,
Ronnan, Anielli, que são importantes para mim”.*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo a Deus, que muitas vezes me inspirei nele para adquirir força e ânimo.

Aos colegas de curso que souberam me compreender e aceitar, o meu carinho.

Aos familiares que tiveram toda a paciência e me deram muita força.

Principalmente, a professora Serlei Maria Fischer Ranzi, pela orientação do trabalho, pelo ensinamento e amizade, muito obrigado.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	06
II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	09
2.1 - Um Estudo sobre o Ensino de História.....	09
2.1.1 - Contando a história do Brasil Pós-64.....	10
2.1.2 - Repensando o valor da história.....	13
2.1.3 - Por uma didática de duração dentro do ensino de história.....	14
2.2 - Movimentos Populacionais.....	15
2.2.1 - Imigração e Colonização.....	15
2.2.2 - A Revolta de 57.....	17
2.3 - Ocupação e Colonização do Sul do Brasil.....	24
III - METODOLOGIA DE TRABALHO.....	26
3.1 - Identificação.....	27
3.1.1- Estabelecimento.....	27
3.1.2 - Curso.....	27
3.1.3 - Disciplina.....	27
3.1.4 - Turma envolvida.....	27

3.2 - Planos de aulas.....	27
IV -CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXOS.....	64

I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho, retrata um estudo da história da imigração brasileira e migração do Oeste e Sudoeste do Paraná, culminando na Revolta de 57 que houve na Região de Francisco Beltrão.

Para entendermos a formação do nosso povo, precisamos, antes de tudo, entender a sua origem. O Brasil é um país com grande diversidade cultural. Os povos foram responsáveis pela introdução de novos conceitos de trabalho na agricultura, na pecuária, na linguagem e tradições típicas.

Tínhamos aqui como cultura nativa, os índios que habitavam todas as regiões. Em busca de riquezas e exploração de nossos recursos naturais, vieram os portugueses e espanhóis e junto trouxeram os negros, que sobretudo, exploravam o nordeste e suas riquezas. Encontramos lá um povo com tradições fortes, hoje bastante miscigenado, vivendo com condições, muitas vezes precárias. Temos aqui, colocar que durante a história brasileira, o negro foi bastante discriminado e continua sendo. Por isso, ao trabalhar o aluno deve-se citar esses aspectos e conscientizá-lo da importância do valor cultural.

Já no período do Café (final do século XVII e início do século XIX) e com incentivos a imigração, levou europeus e asiáticos entraram no país, primeiramente, ocupando

espaço dos escravos negros no trabalho das fazendas e mais no Sul, realizando o processo de Colonização das áreas de terra. Não tínhamos mais apenas portugueses, índios e negros, mas os imigrantes, começavam a fixar em locais e determinar padrões de vida social, mantendo traços culturais específicos de cada país.

No Sul do Brasil, italianos, alemães, ucranianos, poloneses, espanhóis, e até asiáticos, desbravaram a região, criando um estilo europeu de vida, tanto na tradição cultural e na produção.

A imigração foi responsável em determinar caminhos novos de uma nação que tem várias identidades, criando um dos países mais ricos em diversidade cultural.

Mais especificamente no Sul do país, os imigrantes se fixaram. Adotaram o sistema de minifúndio e produção diversificada. As famílias evoluíram, os filhos cresceram, as propriedades se estruturaram. No entanto a divisão da propriedade para os herdeiros tornava-as cada vez menores. Houve então, a busca de novas áreas para colonizar.

Muitos descendentes da imigração europeia do Sul do Brasil, buscaram novos locais. O Oeste e Sudoeste do Paraná, foram pontos importantes de conquista. Através de Empresas de Terras do Governo, muitas famílias buscavam um pedaço de Terra na Região para se fixar.

Já nos anos 50 desse século, o Sudoeste e Oeste do Paraná definia-se como uma região colonizada, destacando-se na produção tradicional familiar.

Por problemas de questão judicial, Empresas de distribuição de Terras reclamavam pagamentos pelas Terras distribuídas. Questão que levou os colonos da época a se revoltarem contra, fato que ocorreu na Revolta de 57, disputando suas terras com luta e persistência.

Metodologicamente, esses fatos são conteúdos programáticos que deverão ser trabalhados com os alunos do Ensino Supletivo.

Os planos de aula montados têm por objetivo apresentar uma proposta de trabalho que facilite a compreensão do conhecimento, através da utilização de métodos mais eficazes para a compreensão e aquisição do conhecimento.

O estudo de História que temos observado nas últimas décadas em sala de aula, tornou-se um mecanismo maçante, tanto para o professor que tem em suas mãos apenas um livro didático, o curso de Graduação é um conteúdo programático pronto; como o aluno que ao assistir a aula, observa que o ensino é teórico, tradicional de pouca compreensão com a evolução social.

Percebe-se que a metodologia empregada, muitas vezes, não estimula o aluno na aquisição do conhecimento. Cria-se então, um certo desestímulo no aluno que não aprende e o professor percebe o seu método fracassar.

É preciso criar novas metodologias de ensino, para que os alunos sejam cativados e com isso, tenham plena percepção do conhecimento.

II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 - Um Estudo sobre o Ensino de História

Neves, (1994), defende que o processo histórico é uno e integrado e, a medida que se desenvolve tende, cada vez mais a se universalizar.

Tradicionalmente o estudo de história se faz através de cortes. As divisões mais usuais são determinadas pelas fragmentações territoriais, estabelecidas por critérios políticos e administrativos.

Outro critério freqüente é o etnográfico (raças - etnias). A esse critério, em geral, se somam componentes culturais, gerando estudos específicos de grupos que falam a mesma língua, que processam o mesmo credo, etc.

“ Quanto à história local, há um componente que complica sobremaneira a questão. Trata-se da introdução, no seu conceito, da idéia de região”. (NEVES, 1994, p. 21)

A supervisão dos componentes naturais do espaço com os componentes político, administrativos, etnológicos e culturais que dividem e/ou organizam esse mesmo espaço, cria dificuldades muito sérias para a montagem de histórias locais: povos diferentes que habitam uma mesma região ou o mesmo povo habitando regiões diferentes.

No caso da divisão adotada nas escolas, NEVES, (1994), aponta que:

“os cortes foram estabelecidos a partir da organização político-administrativa: escola - bairro - município - estado - país - continente - mundo”.(p.22)

O que justifica ou explica, para Neves, o ensino de história local:

“em primeiro lugar do ponto de vista da pesquisa histórica da produção do conhecimento, há possibilidade de viabilizar materiais concretos dos estudos locais... na aplicação das metades de análise e crítica que podem cobrir todo o objeto estudado”. (NEVES, 1994, p. 22)

Num segundo momento, Neves, coloca a questão em termos de ensino. A história local deve ser entendida, o lugar de atuação, é onde o homem age, onde constrói, onde cria, enfim, realiza a história.

“O local é o lugar a partir de onde o homem estabelece ou realiza a sua dimensão universal. Assim, o estudo de história local torna-se um imprescindível instrumento de educação, quer dizer, de descoberta pelo educando, do homem de si próprio - como agente criador da história - da sua própria história”. (NEVES, 1994, p. 24)

2.1.1 - Contando a história do Brasil Pós 64.

Tudo aquilo que o homem elabora a nível de representação humana contém uma grande carga de expressão cultural.

“Assim, podemos afirmar que as construções realizadas sob a influência da sociedade em que se vive se constituem em símbolos que expressam a cultura e a consciência história dessa mesma sociedade.” (CUNHA, 1996, P. 56)

Dessa forma, pode-se pensar o uso dos multimeios - filmes, história em quadrinhos, TV, música, entre outros - no ensino de História, enquanto documento histórico possuidor de significações e de testemunhos conscientes e inconscientes, visíveis ou não, presentes ou ausentes.

Esses materiais aguardam somente que o historiador/professor utilize-os, questione-os em suas inúmeras possibilidades.

No entanto, antes de aprofundarmos as discussões sobre o uso de outras linguagens em História, e no ensino de uma maneira geral, algumas interrogações se fazem presentes a respeito da nossa relação com uma realidade permeada por imagens e signos.

“Está claro que vivemos em um mundo de imagens, um mundo colorido: paredes cobertas de cartazes, vitrines, out-doors, edifícios multiplicadores de espaços e visões. Vivemos o mundo das telas de TV, dos telões, um mundo mediatizado por imagens. As imagens têm uma dialética interna, representam o mundo para o homem e ao mesmo tempo interpõe-se entre este e o mundo”. (France, 1991. p. 139-156).

Se estamos mergulhados em um mundo de imagens, cabe-nos conviver com elas e decifrá-las, adentrá-las.

“Ainda não temos elementos suficientes para dizer até que ponto a escola tem refletido sobre esses questionamentos, ou sobre essa realidade imaginária na qual estamos mergulhados, principalmente as escolas do ensino público, devido a carência de recursos variados que permeia o seu cotidiano.” (France, 1991: 114).

Entretanto, percebe-se que nas últimas décadas ocorreu uma busca muito acentuada por parte de vários professores pela utilização de novos temas e diferenciadas abordagens no processo ensino aprendizagem, em especial no âmbito da História.

As várias publicações em revistas especializadas atestam a incorporação de novos procedimentos ao trabalho dos professores de História no ensino fundamental, desde a leitura e análise de documentos, estudo do meio/pesquisa de campo, entrevistas com testemunhos de momentos estudados. Do mesmo modo, outras linguagens adentram a sala de aula, tais como jornais, revistas, cartazes, fotos, filmes, vídeos, músicas, poesias, textos literários e outros.

“Dessa maneira, torna-se claro também, que os professores não só percebem e formulam críticas à situação que vivenciam mas que, igualmente, são capazes de formular novos entendimentos sobre a própria disciplina, criando outras possibilidades e novas estratégias para substituírem as tradicionais aulas expositivas, superando a dependência do livro didático e dos manuais, contrariando a idéia que comumente se fazia/faz dos professores como passivos e reprodutivistas.” (Cunha, 1996: 57)

Algumas experiências com trabalhos através da música, da literatura do cinema, da fotografia e outras linguagens, foram publicadas em revistas especializadas - que passam a dar cada vez mais atenção às questões do ensino - como, por exemplo, na Revista Brasileira de História.

“Tomo como referência para essa análise uma fase da história brasileira que nem sempre é abordada pelos professores com os alunos no 1º e 2º graus - e mesmo na academia - pela dificuldade em esgotar o conteúdo e chegar até nossa história mais recente: os anos 60 e 70”. (CUNHA, 1996.p.60)

Os manuais, geralmente, reservam um espaço pouco representativo a essas décadas da História do Brasil, localizando-as ao final dos livros, abordando-as rapidamente e, muitas vezes, sem maior aprofundamento destacando-se, via de regra, que foi um período *tenebroso* e *autoritária* que acaba por findar não se sabe muito bem com em *abertura* e *anistia*.

2.1.2 - Repensando o valor da História

A tomada de decisão do que ou como ensinar implica um diagnóstico da realidade cultural da sociedade e do educando, de modo a realizar adaptações consentâneas com exigências futuras. sempre que o conhecimento se expande, a sociedade se transforma ou o pensamento que a orienta procura novos fundamentos, é sentida a premência, por vezes com ansiedade, de que o esforço da coletividade se não perca, que os mais novos possam receber, compreender e continuar. Daí que afirmar-se a necessidade de rever os programas de História não sejam mera tautologia.

No contexto português, os programas de História têm sido alvo de críticas, não só dos professores mas também de setores de opinião, pelo que uma profunda reforma do sistema educativo foi socialmente sentida como urgente, inclusive quanto a programas e métodos. Contudo a entrada em vigor dos novos programas de História, no quadro da reforma curricular em curso, não parece ter correspondido às expectativas criadas, nomeadamente quanto à organização dos conteúdos e das orientações metodológicas. A própria evolução que se tem vindo a processar no domínio do conhecimento histórico, anteriormente referida, converge para um repensar da História. O aprofundamento desta questão, tendo em conta a realidade do educando na dinâmica do ensino-aprendizagem leva, necessariamente, à análise dos programas à luz dos princípios que informam a sociedade portuguesa atual e o nosso sistema de ensino. essa abordagem, a realizar-se noutra contexto e a merecer atenção particular, possibilitará confrontos e aproximações proficuas com as tendências atuais na elaboração de programas de História.

2.1.3 - Por uma didática de duração dentro do ensino da história

O fato histórico é “fato” pelo historiador, construindo e recortado no tempo pela pesquisa histórica.

“E é considerado como “fato” tudo o que é passado ou pensado nas sociedades humanas e que revela a crítica das fontes, tudo o que o homem produz no ponto de vista material e mental, independente da sua duração ou importância”. (SEGAL - Depto. de História - citado por FELGUEIRAS - 1994)

É histórico tudo o que no tempo social é suscetível de mudança. Antes de abordar os conceitos de duração, é conveniente assim assegurar que o conceito de “fato histórico” abrange um campo vasto e variado.

A explicação da mudança se exerce pela articulação de planos e de conjuntos de fatores distintos (culturais, econômicos, políticos, religiosos...) aos quais importa avaliar o alcance e a inteligibilidade.

No que se refere ao plano pedagógico, a compreensão dos ritmos pode transformar-se em um objetivo autônomo e válido, perder-se-ia muito se não se combinar a compreensão dos ritmos com a dos níveis. O que precisamos verificar pela experimentação é a possibilidade de se trabalhar com estes dois objetivos simultaneamente ou se é preciso atingir e consolidar a primeiro antes de buscarmos entender o segundo.

Os conceitos ligados à duração são instrumentos de análise. Não são uma necessidade devida de alguma realidade histórica em si. Muitos fatores escapam a estes recortes e formas de encaminhamento. Entretanto os próprios fatos - nós sabemos - são construídos e cada um deles pode ser destruído e reconstruído por cada historiador em cada geração. Os conceitos de acontecimento, conjuntura e estrutura, como os conceitos analíticos

são, às vezes arbitrários e operacionais. E o jogo poderia se tornar mais fácil se propusermos quatro, cinco, seis ritmos no lugar de três.

2.2 - Movimentos Populacionais

2.2.1 - Imigração e Colonização

“As migrações humanas constituem fenômeno permanente e universal. Há regiões que se caracterizam como centros de dispersão humana, isto é são terras de imigrações, enquanto outros, ao contrário, estão marcadas pela convergência de migrações humanas, são terras de imigração”. (Pilatti - 1969. p. 156).

A América é um desses continentes de imigração para o qual desde os tempos pré-históricos se têm dirigido numerosos continentes. A América não possui população autóctone, todo o seu povoamento se fez através de contingentes imigratórias procedentes sobretudo da Ásia, nos tempos pré-colombianos e da Europa e da África, após o descobrimento. Estas evidências implicam na conclusão óbvia de que, na América, todos são imigrantes.

Trata-se , portanto de uma longa história de imigração e colonização de um longo processo de organização de novas sociedades que apresentam linhas essenciais comuns, embora a distância no tempo e na motivação.

“Na América colonial, a imigração era efetuada, via de regra, mediante permissão obtida através de licenças especiais e limitadas. O caráter restritivo e seletivo da imigração para as colônias americanas foi determinado, sobretudo, por motivos de ordem econômica e religiosa. Em consequência, a colonização americana foi eminentemente litorânea, embora expedições territoriais pelo interior e mesmo a penetração avançada em algumas regiões. Isto porque os primeiros colonos não contavam com recursos materiais e humanos que lhes permitissem estender o território conquistado, sua efetiva presença colonizada”. (Pilatti. 1969. p.156).

Foi registrado pelo cronista Vieira dos Santos que, ao referir-se ao ano de 1816, diz:

“Se faz memorável este ano pela passagem e estadia de alguns dias 50 casais de famílias vindas das Ilhas do Açores, por ordem de Rei Dom João VI, expedido pelo ministro e secretário de Estado, o Conde de Linhares, e a pedido do Coronel João da Silva Machado, Barão de Antonina para se formarem colonizações nas matas do sertão” tais colonos vieram povoar o antigo pouso do registro fiscal do caminho de tropas que constitui o território dos municípios de Rio Negro e Mafra, que era constantemente assolado pelos índios botucudos, moradores da região”. (VIEIRA DOS SANTOS. 1950. p. 76).

Nesta época inaugurou-se na América, a tradição da “porta aberta” para os imigrantes de todas as procedências e culturas. Através, sobretudo, de dispositivos legais em parte, de organismos e entidades criadas para a sua efetivação esta diretriz domina praticamente em século da história da imigração nos países americanos. (Pilatti. 1969. p.157/58).

A Lei Orçamentária de 1948 reafirmou a competência de colonizar por parte dos governos provinciais, e concedeu terras devolutas para a criação de núcleos coloniais, contudo a predominância político - econômico dos latifundiários do café e a pressão por eles exercida no legislativo do Império teriam implicações na redação da Lei de Terras de 1950. Na defesa acirrada dos seus interesses, visando terras para estender a cultura cafeeira e força de trabalho para a mesma, defendiam o acesso à terra unicamente por meio de compra fixando expressamente no artigo primeiro da referida Lei. Ficam proibidas as aquisições, de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. (Lei nº 601, de 18/09/50).

Foram tomadas em consideração, nesse caso, as condições peculiares das diversas províncias, como a do Paraná, onde não existam grandes propriedades rurais exigindo mão-de-obra assalariada em longa escala, correm, assim, paralelas duas orientações e duas práticas imigratórias no Brasil, uma oficial quando o governo cria ainda núcleos coloniais

de estrangeiros, e outra particular, mas estimulada por jovens governamentais que visa a obtenção de trabalhadores agrícola para as grandes fazendas. Tal situação, a primeira vista, paradoxal, era na verdade resultante da contradição da conjuntura, ou seja, a carência de mão-de-obra para a agricultura de exportação e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. Esta última orientou a política imigratória paranaense, cuja colonização vinha sendo desenvolvida com lentidão e sem continuidade, desde o século XIX. Os governantes do Paraná, desde os primeiros tempos da sua emancipação política-administrativa, procuram desenvolver uma política emigratória adaptada às condições particulares da província recém-instalada.

“No ano de 1858, que aparecem melhor definidos os rumos que seguiram a política imigratória da província paranaense tomando sentido de perdurar até o momento. Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba, atraíram ainda maior afluência de reimigrantes de outras regiões do Paraná e mesmo de outras províncias, as quais se dispersaram pelas colônias particulares, ou ingressaram nas atividades artesanais e industriais da cidade”.(Pilatti. 1969. p.168).

2.2.2 - A Revolta de 57

O processo histórico da ocupação do Sudoeste do Paraná pode ser dividido em duas fases: a primeira, antes de 1940, de ocupação extensiva da terra, que se caracteriza por uma “economia cabocla”, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos. A segunda, de ocupação intensiva, se refere ao efetivo processo de ocupação da região. Esse processo, iniciado na década de 40, intensifica-se na década seguinte com a migração de gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, que haviam colonizado as “regiões antigas” do Rio Grande do Sul. Estabeleceram-se, na região, de forma espontânea, pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou pela compra da posse do “caboclo” e

através da colonização dirigida, principalmente a de iniciativa oficial, no caso através da Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO. O decreto de criação da CANGO, em seu art. 1º estabelecia que:

“Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “General Osório” no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Parágrafo único: A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares”.

A CANGO teve uma importância decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná. Sua criação respondeu, em parte, à reivindicação por lotes de terra de reservistas ex-agricultores, mas prioritariamente, atendia aos propósitos da política de assentar os pequenos produtores sem terra e atingia os objetivos estratégicos de povoamento da fronteira, já que os limites entre Brasil, Paraguai e Argentina não existiam de fato, principalmente no período de extração de erva-mate, quando os produtores daqueles países chegavam a se instalar na região por algum tempo, retornando posteriormente.

Se num primeiro momento os colonos produziam quase que exclusivamente para sua subsistência, bem rápido foram criadas as condições para a produção de alimentos para o mercado. É a infra-estrutura dada pela CANGO em sementes ferramentas, casa, assistência médico-hospitalar, etc. que permite que os meios de produção venham de fora da unidade produtiva, do próprio mercado. Como consequência, há uma disseminação das relações mercantis, o que implicou, no caso do Sudoeste na desagregação da “economia cabocla” do período anterior, e a instalação de uma economia “a qual o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens. Embora o colono produza as mesmas mercadorias da economia anterior, agora o faz com outras técnicas, com instrumentos

de trabalho que adquire no mercado, no qual, de resto, coloca o seu produto. Cabe ressaltar, porém, que, se a CANGO foi um elemento impulsionador da ocupação do Sudoeste e da estruturação, nesta região, de uma economia com base na pequena produção familiar, a intensidade do movimento migratório para essa região... ultrapassou as próprias possibilidades de controle decorrentes da atuação da CANGO. A ocupação espontânea, tanto na área da CANGO como dela, foi de uma intensidade várias vezes maior.

A população da Colônia Agrícola, em 1950, era de 7.147 pessoas, enquanto que a da região era de 76.373 pessoas. De 50 para 60, houve uma verdadeira explosão populacional na região. Enquanto a CANGO, em fins de 1956, tinha cadastradas 15.284 pessoas e 16.000 esperavam cadastramento, em 1960 a região estava com 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural. (Gomes, 1987. p.25)

A história do Sudoeste, após a colonização, é construída com a participação de dois agentes fundamentais: o colono e o comerciante. A relação colono-comerciante, segundo Iria Gomes, era uma relação de identidade econômica e étnica-cultural, mas que escondia a dominação e exploração do comerciante sobre o colono.

É interessante observar que a forte tradição parcelar e de economia mercantil, que caracterizou os colonos que migraram para o Sudoeste do Paraná, significou a integração também de comerciantes no processo migratório. Esse fato implicou uma nova identidade entre os agricultores e comerciantes. Era uma identidade econômica: produzir em abundância para comercializar em abundância, mas era também uma identidade étnica, cultural e ideológica. Não só o colono confiava no comerciante. Este também confiava no colono, embora o explorasse. Como a circulação monetária era pequena, a troca se fazia através do sistema de “conta corrente”. O produtor entregava o produto, com o qual saldava a dívida assumida na entre-safra, enquanto a “bodega” fornecia os instrumentos de produção e os bens necessários ao consumo da família. Normalmente, os gastos eram registrados numa caderneta

e o colono só tinha conhecimento dos mesmos no acerto de contas. Esse fato permitia várias manipulações por parte do comerciante, principalmente porque o endividamento estava ligado ao abastecimento e, em menor parte, à produção. Essa dependência, porém, era camuflada, à medida que o bodegueiro atendia outras necessidades do produtor: transporte para o centro urbano, ajuda em caso de doença, concessão de empréstimos, etc. O ponto de unidade, entre bodegueiros, atacadistas e comerciantes exclusivamente distribuidores não está no vínculo que o comerciante estabelece como o colono, mas no fato de que estes dois tipos de comércio dependem, para se realizar, de que o colono produza cada vez mais para o mercado.

É somente enquanto produtor mercantil que o colono se transformará em consumidor dos produtos ofertados pelos agentes comerciais. Neste sentido, a relação que se estabelece aparece como de igual para igual.

Este me parece o ponto fundamental, embora não seja o único, para se entender a participação dos comerciantes na Revolta de 57:

“... enquanto não houvesse paz na região os agricultores não poderiam produzir em abundância e as atividades comerciais ficariam estagnadas. Dessa forma, a atuação das companhias na região prejudicava não só a produção agrícola, mas também o comércio. E, neste sentido, o inimigo era comum, o que possibilitou que todos se unissem contra ele.” (Gomes, 1987. p.p. 23, 25, 28)

Mas essa situação descrita, foi provocada por interesse de alguns que queriam lucrar sobre os colonizadores da época. Com relação a venda de lotes para os posseiro Martins, descreve a seguinte situação:

“Ali, a situação era extremamente confusa, pois se tratava de uma área litigiosa entre o governo da União e Estadual... ambos fizeram concessões de terras na área. Companhias imobiliárias venderam essas terras a colonos gaúchos e catarinenses, viram-se numa situação de posseiros, além do mais sujeitos a despejo sumário.” (MARTINS. 1981. p.74)

A CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Ltda), conseguiu o título da gleba Missões e Chopim de forma ilegal e imoral. A história começou com o cidadão José Rupp no planalto catarinense. Ele ganhou uma disputa jurídica, que durou de 1920 a 1938. Em 1945 a justiça condenou aquela companhia a pagar a José Rupp como indenização o valor de CR\$ 4.720.000,00. Considerado que em 1950 o governo de Getúlio Vargas incorporou ao patrimônio nacional os bens da referida companhia, quem deveria indenizar a José Rupp seria o Governo Federal.

Depois de lutar 5 anos sem conseguir receber a referida indenização, José Rupp, em 1950, cedeu seu crédito para a CITLA.

Para pagar aquela indenização a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional tituló à CITLA a gleba Missões e parte da gleba Chopim, ou seja, quase todo o Sudoeste do Paraná.

“Toda sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadora, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor a amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que na lhe pertenciam de fato.”
(MARTINS. 1981. p.74)

Foi um ato imoral, pois segundo o Senador Othon Mader o preço pago pela CITLA foi de 0,2% do valor das glebas (cerca de 198.000 alqueires de terras férteis e de 10.000.000 de pinheiros).

Foi, também, um ato ilegal, pois a titulação foi feita sem a autorização do Senado Federal e por ser região de fronteira, sem o parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional.

Consta que o Governador do Paraná, naquele ano, Moysés Lupion era um dos sócios da CITLA e que tanto o governo do Paraná, como o Governo Federal, pertenciam ao mesmo partido político - o PSD.

Por isso foi possível a referida negociata, que foi cognominada “A maior bandalheira da República”.

Foi atuando como grileira que a CITLA, em 1950, apareceu no Sudoeste do Paraná e começou a tumultuar o trabalho de povoamento e colonização da CANGO.

Os homens da CITLA forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam. Como havia resistência dos posseiros, pois sabiam que o título da CITLA não tinha valor, eles implantaram o terror. Empregavam bandidos e jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro, comprando as terras.

Os posseiros, quando eram injustiçados pelos jagunços das companhias, procuravam a polícia para ampará-los. Considerando, porém, que o governador do Paraná era um dos sócios da CITLA, a polícia, ao invés de punir os jagunços pelas suas arbitrariedades, dava cobertura aos mesmos e punia os posseiros reclamantes. A mesma passividade os posseiros encontram no poder judiciário, que também não atendia aos seus reclamos.

“Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros e o povo do Sudoeste do Paraná resolveram colocar um fim naquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos. Todo o Sudoeste foi convulsionado”. (Lazier, No 1, p. 6-10)

Os jagunços contando com o apoio significativo do governo estadual, diretamente ou através das instituições administrativas relacionadas com a Justiça e Segurança, as companhias passaram a intimidar os colonos, tentando forçá-los a assinar compromisso de comprar e venda das terras que ocupavam. Como a maioria dos colonos não

concordasse, o uso da violência - espancamentos, saques, mortes - tornou-se a forma mais comum de pressão, com o intuito ou de fazer o colono assinar o contrato, ou de expulsá-lo da terra, junto com sua família, para que a mesma pudesse ser comercializada.

“Extrema violência desencadeou-se em toda a região do sudoeste do Paraná em abril e maio de 1957. Conflitos armados ocorreram daí em diante em toda a região, contando os posseiros com o auxílio de vários bandoleiros que viviam na fronteira entre Paraná e Argentina”.(MARTINS. 1981. p.48)

Para efetivar esse processo as companhias passaram a usar um novo elemento, até então desconhecido na região: o jagunço. Trazidos normalmente de fora da região, como assalariados das companhias, os jagunços deveriam desempenhar a função de “corretores”. Na realidade, constituíam-se numa força parapolicial que contava não só com o apoio mas também com a atuação da polícia estadual.

Segundo Othon Mäder, essa força parapolicial,

“(...) era composta de mais de cem(100) bandidos profissionais, dispondo de dezenas de “Jeeps” e “camionetes” (...) e de copioso armamento moderno, inclusive armas de guerra e de munição em profusão (...) Muitos desses criminosos profissionais (...) eram recrutados pelas companhias colonizadoras na própria região do sudoeste; (...) uma parte vinha do norte do Estado do Paraná, onde esta profissão está muito desenvolvida e propicia bons lucros aos que empreitam a morte, o despejo pela violência, promovem o desentrosamento à mão armada ou infundem o terror como meio de afugentar os ocupantes de terras pretendidas pelos latifundiários (...) Esses elementos especializados eram contratados por preços altos, pois quanto mais ferozes, mais caros.”

Após a expulsão dos grileiros e jagunços, a luta continuou para transformar os posseiros em proprietários.

Pelo Decreto No 50.379. de 27/03/61, o Presidente da República Jânio Quadros desapropriou declarando de utilidade pública, a Gleba Missões e parte da Gleba

Chopim (Sudoeste do Paraná. 1962 - pelo Decreto No 51.431, o Presidente João Goulart, criou o grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) finalidade de desapropriação.

“Os lavradores e moradores da região de posseiros passaram a proprietários, recebendo os títulos de terra”. (Lazier, p. 18)

A atuação da GETSOP transformou 50.000 posseiros em proprietários.

2.3 - Ocupação e Colonização do Sul do Brasil

Os sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infraestrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitos, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produção e colocasse essa produção no mercado.

“A economia da região é marcada pelas atividades de policultura de alimentos e de suinocultura, desenvolvidas pelos colonos, reproduzindo-se assim, a estrutura de produção que teve relevante papel, no Rio Grande do Sul, para o suprimento dos mercados urbanos de produtos alimentares.” (Rego, 1970. sp.)

A modernização da agricultura através da industrialização é um processo hoje, disseminado, embora de forma desigual no campo brasileiro.

Com relação ao Sul do país, Corandini (1982), analisa o processo de incorporação da produção agrícola em moldes capitalistas, na modernização da agricultura

assumida na região, provocando efeitos sociais que desencadeiam sobre os colonos. No Paraná, por exemplo, a produção de soja surge no fim da década de 60, e foi responsável pela integração decisiva da estrutura produtiva agrícola às esferas da produção capitalista em geral.

“Caracterizou-se portanto, um processo de expropriação em cujo perfil, entrou em jogo “uma limitação de ordem técnica” que foi seletiva ao alterar as condições e relações sociais que viabilizavam a produção e reprodução dos colonos”. (Palmeira, 1989, p. 02)

Com as migrações, surgiram um excelente populacional, constituído de filhos de colonos, impossibilitados de se reproduzir como tais, nas propriedades paternas, estas, por sua vez ameaçadas pelo processo de minifundização, como também as intensas migrações nos anos 60, no Sudoeste do Paraná, devido a modernização, acentuou o escasseamento e o encarecimento das terras para a reprodução das novas unidades familiares que se constituíam. Nesse aspecto, na medida que piorava a situação da família, precisam buscar novas áreas para viver.

III - METODOLOGIA DE TRABALHO

Introdução

O desenvolvimento das atividades teórico práticas, junto aos alunos passa por um processo pedagógico inovador e dinâmico.

O que se percebe, é que o aluno não gosta de ficar em sala de aula, quando as aulas são monótonas. Acha tudo cansativo. Para ele a escola não é atrativa, é apenas uma obrigação. Onde está o erro?

Os modelos de ensino implantados, desde os anos 60, não estão direcionados a verdadeira formação sócio-cultural da nossa sociedade, conforme uma evolução do conhecimento técnico científico. As escolas estão mal equipadas de recursos pedagógicos. Os professores, além de receberem salários não condizentes, durante muito tempo encontram dificuldades de acompanhar essa evolução, pela não proporção de melhores condições de capacitação. São questões que temos que analisar.

O resultado de tudo isso, reflete na sala de aula, quando o professor vai expor seu conhecimento e sua metodologia de trabalho.

O aluno ficam numa perspectiva de poder assimilar o conhecimento. ele se frustra e o professor também. A escola não apresenta bons resultados e a sociedade perde

com isso, sobretudo na evolução. É dentro dessa preocupação que nós professores de História temos que dinamizar os métodos de ensino.

Neste trabalho apresentaremos, novas metodologias de trabalho de conteúdos, onde explorará mecanismos de participação do aluno na construção do conhecimento. Os assuntos tratados referem as imigrações brasileiras , as migrações sul brasileiras, o êxodo rural e a Revolta de 57, ocorrida na região do Sudoeste do Paraná.

Para o estudo desses conteúdos, foi dividido em 12 planos de aula, que serão desenvolvidos junto aos alunos 8ª série do ensino Supletivo de 1º Grau, da Escola Estadual Beatriz Biavatti, Bairro Vila Nova.

3.1 - Identificação

3.1.1- Estabelecimento: Escola Estadual Beatriz Biavatti - Ensino de 1º Grau-Supletivo.

3.1.2 - Curso: Supletivo de 1º grau.

3.1.3 - Disciplina: História

3.1.4 - Turma envolvida: 8ª série

3.2 - Planos de aulas

Plano de aula nº 01

a) - Assunto: Estudo sobre imigração brasileira.

b) - Objetivo Geral: Reconhecer a importância e a contribuição da imigração para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Brasil.

c) Conteúdo:

Título: O processo de imigração

As causas das migrações podem ser repulsivas ou atrativas e determinadas por fatores de ordem:

- Política: migram devido as perseguições;
- Social: ocorrem devido a questões étnicas;
- Religiosas: ocorreram com maior intensidade durante a reforma religiosa na Europa;
- Econômica: tipo de migrações onde se buscam condições de sobrevivência;
- Natural: são as migrações provocadas por catástrofes, como vulcões, furacões, grandes secas, terremotos etc.

A emigração europeia tem sido sem dúvida, o maior foco de imigração mundial. Basta considerarmos que, nos últimos 150 anos, cerca de 60 milhões de europeus deixaram seus países.

No período havia uma alternativa de canalizar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, desviando-se de outras regiões, como a dos Estado Unidos que levava vantagem:

“Além do clima temperado, contavam com a Organização social e política mais aberta, progresso econômico, rede de transportes recém instalada, liberdade religiosa, maior proximidade com a Europa.”
(Costa, 1977. p.36).

O Brasil não oferecia condições atraentes aos imigrantes. País Escravocrata, de religião Católica, com uma economia subdesenvolvida tipicamente rural que prevalecia o latifúndio, falta de comunicação e meios de transportes.

Mas o Governo do Império, atraiu os imigrantes, oferecendo-lhes vantagens, garantindo-lhes propriedades, ganhos na renda, contratos de trabalho com os fazendeiros, viagens pagas.

Os países americanos que mais receberam europeus foram os EUA, o Canadá, a Argentina e o Brasil.

Além da América, merece destaque também a Oceania (Austrália e Nova Zelândia) e, por último, a África e a Ásia.

O Brasil é um país de migração. Durante o período de 1818 a 1970, cerca de 5.500.000 imigrantes se fixaram no centro-sul do país. As principais nacionalidades e os respectivos períodos são:

- alemã - 1850 a 1871;
- ítalo-eslava - 1871 a 1886;
- italiana - 1887 a 1914;
- japonesa - 1920 a 1934;

“ A Lei Provincial nº 36, de 21 de Fevereiro de 1881, consignava cento e cinquenta contos para pagamento de passagens de imigrantes e determinava a construção de uma hospedaria. Procura-se assim, revolucionar um dos sérios problemas que estimulavam a vida de imigrantes para as lavouras cafeeiras: as dívidas de viagem e estada nos primeiros tempos.” (Costa 1977 p.189-190).

Em 1934 foram instituídas várias leis no sentido de controlar a entrada de imigrantes no Brasil. Daí a pequena imigração a partir dessa data até os dias atuais.

“O imigrante deveria dar bom exemplo. Devia conduzir-se disciplinadamente. Estava proibido de abandonar a fazenda sem ter previamente comunicado por escrito a sua intenção de retirar, e só podia fazê-lo após soldar todos os seus compromissos”. (Costa - 1977. p.169)

O campesinato da Região Sul do Brasil tem majoritariamente origem de famílias que a partir do século XIX, imigraram da Europa, inaugurando a intensiva ocupação da Região. Em 1824, o Rio Grande do Sul, recebeu a primeira leva de alemães.

“A intensificação do processo de colonização trouxe nos anos seguintes, imigrantes de outras nacionalidade: italianos, eslavos, suíços, franceses, em sua maioria pequenos produtores, que saíram de seus países de origem, principalmente os alemães, devido a escassez de terras, a fragmentação das propriedades familiares e a ameaça da proletarianização.” (SEYFERTH, 1974. p. 24 e 28)

Por parte dos governantes brasileiros havia o interesse de povoar a região com uma população não escrava, que protegesse as fronteiras meridionais e estabelecesse uma agricultura voltada à produção de alimentos básicos. (Gomes, 1987. p. 39)

Apesar dos estudos apontarem para a qualificação do migrante - excedente, poucos desenvolvem-se. Nesse sentido, Roche, aponta para as regras de transmissão do patrimônio como um dos fatores que acarretaria essas regularidades e constantes migrações.

“O primeiro fator das migrações rurais é a expansão demográfica... O contingente de imigrantes em cada geração, corresponde exatamente ao número de filhos, que excede o que basta a ocupação do lote paterno: fica um filho, dois no máximo, na propriedade. O segundo fator é a estrutura agrária, o regime da pequena propriedade. É, de preferência, o mais moço dos varões que tem, com o lote e a casa, o cuidado de velar até a morte deles.” (Roche, 1992, p. 376)

A imigração estendeu-se por quase todo o século XIX, sendo já possível perceber, ao final e início do seguinte, um esgotamento do estoque de terras possíveis de acomodação de novos ou mesmo dos descendentes das gerações pioneiras.

Roche, observa inclusive um processo de divisão progressiva dos lotes originais, atingindo “o mínimo compatível com a exploração direta...”. Só a partir de 1914, observa-se um deslocamento que ultrapassa as fronteiras do Rio Grande do Sul. Segundo Roche, até fins dos anos de 1930, essa migração se dirige para Oeste de Santa Catarina e a partir de 1940, se dirige para o Sudoeste e Oeste do Paraná.

Roche, estudando a colonização alemã no Rio Grande do Sul, diz o seguinte sobre os colonos teuto-brasileiros:

“Para continuarem agricultores, esses agricultores deixavam seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixavam o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários”. (Roche, 1992, p. 354)

Nos seus relatos, Corandini (1982), analisa a estrutura agrária e agrícola encontrada na Região Sul que, a partir dos anos 60, passou pelo processo de agroindustrialização:

“Ainda que as condições históricas e naturais variem dentro da própria região, desse processo (de colonização), resulta que a maior parte da produção agropecuária nesses Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), provém de pequenos estabelecimentos, com base no trabalho familiar.” (Corandini, 1982. p. 20)

A problematização das migrações do campesinato brasileiro, encontram suas causas no avanço do capital sobre a terra, o que geraria um campesinato “desenraizado”, como acentua Martins:

“... o avanço do capitalismo não depende de abertura de um espaço livre a ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição, o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores distribuídos de toda a propriedade que fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por esta razão, o nosso Camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é intinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses - proprietários do Sul é uma história de migração”. (Martins, 1981, p. 17)

d) Estratégias de trabalho

Tratando-se da imigração, é fundamental trabalhar com o aluno, o aspecto de formação de várias etnias que é composta a sociedade brasileira.

O aluno só entenderá o seu contexto quando souber entender a sua origem.

A sua origem parte de um estudo minucioso de todo o processo de imigração que o Brasil teve, tanto pelo aspecto de colonização (portugueses), por imigração forçada (escravos negros) e pela imigração natural (imigrantes da maioria dos países europeus e asiáticos). Esta imigração não “respeitou” etnias e criou um país com miscigenações diversificadas, tendo as raízes do negro africano, branco europeu, amarelo asiático e índio nativo. Em tudo isso, cada um de nós, professor e aluno tem as características dessa mistura rica de raças.

Por isso, o trabalho da imigração não parte apenas, de um contexto teórico de várias bibliografias ou livros didáticos. Deve explorar sobretudo, os aspectos do contexto vividos pelos alunos e sociedade.

Para o desenvolvimento do plano de aula nº 01, o professor fará uma exposição dos principais aspectos da imigração brasileira, através do uso de transparências, (conforme dados do conteúdo já citado)

Plano de aula nº 02

a) Assunto: Pesquisa sobre a imigração.

b) - Objetivo Geral: Estudar o processo de imigração, através da pesquisa bibliográfica.

c) Estratégia de trabalho

Após ter feito a explanação dos assuntos sobre a imigração, através do uso de transparências, parte para a organização do trabalho de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica consiste na exploração das idéias de diversos autores, referente a imigração. Pode ser utilizado livros didáticos de História de 1º e 2º graus.

O objetivo da pesquisa é levar o aluno a descobrir e a entender os aspectos migratórios que houveram no Brasil.

O professor organiza junto com os alunos um roteiro de pesquisa bibliográfica. Como se trata de um fato histórico, pode-se explorar bem o assunto, pois tem-se muitas obras de estudiosos que retratam o assunto sobre a imigração.

Com os textos pré-separados, de vários autores, divide-se os alunos em grupo, para que cada grupo receba um texto e possa estudá-lo. De posse dos textos, professor e alunos, determinam as prioridades de estudo em questão, como:

- Época.
- Idéia principal.
- Fatos importantes.

Anotar no caderno as principais idéias, em forma de resumo.

Plano de aula nº 03

a) Assunto: A exposição do trabalho de pesquisa sobre a imigração brasileira..

b) Objetivo Geral: Aprofundar os conhecimentos, através da exposição dos dados da pesquisa bibliográfica sobre a imigração brasileira.

c) Estratégia de trabalho

Com a pesquisa bibliográfica já realizada, passa-se para a parte de explanação ou exposição das principais idéias.

O professor inicia o questionamento sobre as causas das imigrações européias e apresenta todo um questionamento sobre a influência dessa imigração na formação da sociedade brasileira. Os alunos deverão obedecer uma ordem cronológica dos assuntos em relação ao tempo que iniciou Imigração, até a atualidade. Por ex.:

1º - Saída dos imigrantes dos países de origem;

2º - Chegada no Brasil.

3º - Ocupação dos imigrantes no Brasil.

4º - Ocupação no Sul do Brasil.

5º - Contribuição para o desenvolvimento da região.

6º - Os traços culturais dos imigrantes

Na medida que os alunos argumentam, faz-se anotações das idéias no quadro de giz. É importante fazer a relação entre o passado e o presente, principalmente quando houve a influência da imigração na formação da sociedade brasileira.

Após o término das apresentações é feito uma avaliação escrita das principais idéias. Esta avaliação é uma descrições do que os alunos conseguiram captar. O professor avalia, valorizando os acertos e a idéias.

Plano de aula nº 04

a) Assunto: A história da imigração no Rio Grande do Sul, sob o enfoque apresentado no filme “ O Quatrilho”

b) Objetivo Geral: Reconhecer os aspectos históricos da colonização do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos imigrantes.

c) Breve histórico do filme

O filme, “O Quatrilho”, do diretor Lima Barreto, retrata uma história de vida dos primeiros imigrantes que vieram colonizar o Rio Grande do Sul.

Além da história retratar um romance entre dois casais, o filme explora a luta, as dificuldades e o desbravamento em busca de novas áreas de terras para produzirem e se desenvolverem. O filme demonstra o comportamento familiar, o matrimônio e a luta pelas melhores condições de vida.

d) - Estratégia de trabalho

Neste filme, pode-se explorar todos os aspectos históricos, sociais, econômicos, agrários, culturais, comportamento familiar, língua e as dificuldades de adaptação e a busca de melhores condições de vida do imigrante europeu.

Após assistir o filme, organiza os alunos para uma discussão, focalizando as reais dificuldades da imigração brasileira, bem como todos os aspectos importantes relacionados ao comportamento social do imigrante na época.

Após isso, o aluno apresentará um relatório escrito dos principais aspectos vistos no filme.

Plano de aula nº 05

a) - Assunto: Migração para a Região Sudoeste do Paraná.

b) - Objetivo Geral: Reconhecer os aspectos históricos de ocupação da Região Sudoeste do Paraná por migrantes, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento regional.

c) Conteúdo

Título: As migrações internas: a ocupação do sudoeste do Paraná

As migrações internas se realizam dentro de um mesmo país. Costumam ser muito complexas, tanto em relação às causas como também em relação ao sentido em que se processam, podendo ser de vários tipos: de uma região para outra ou dentro de uma mesma região ou Estado, de uma zona rural para outra, do campo para a cidade ou entre duas cidades. Além disso, essas migrações podem ser periódicas ou definitivas, o que nos dá uma idéia das dificuldades em termos de avaliação estatística dos movimentos internos da população.

Migrações internas diárias ou pendulares são movimentos de vaivém, típicos dos grandes centros urbano-industriais do mundo, onde diariamente uma grande massa de trabalhadores se desloca dos subúrbios ou cidades-satélites em direção às fábricas e escritórios, regressando aos seus lares após a jornada de trabalho.

Nas áreas onde houve a implantação da agricultura capitalista com forte concentração fundiária e conseqüente expulsão dos pequenos proprietários, o movimento pendular realiza-se das pequenas vilas (residência) para o campo (local de trabalho).

As migrações entre zonas rurais é um movimento populacional que ocorre com mais freqüência nos casos em que uma zona rural mais próspera, portanto oferecendo

melhores condições de vida, exerce atração sobre aquelas em que as condições de trabalho e de vida são mais precárias.

“No Brasil, as regiões agrícolas mais desenvolvidas do Sudeste e do Sul exerceram atração sobre aquelas mais fracas e de menor lucratividade, como, por exemplo, as do Nordeste. As zonas rurais de São Paulo e do Paraná exerceram grande atração populacional sobre outras zonas rurais do país”. (NAKATA, 1986.p.153)

A ocupação do Paraná até o século XX, ocorrem de forma extensiva, com as grandes fazendas destinadas à pecuária, com a exploração de reservas de erva-mate e de madeira.

“A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, Campos de Guarapuava, pelos campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e florestas de araucárias e elas associadas. Baseada nos latifúndios campeiros de criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou-se a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema da Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná.” (Westphalen. 1968. p. 02)

A ocupação do Sudoeste paranaense tem seu início, ainda no século XIX, quando os interesses de fazendeiros e pecuaristas determinaram as primeiras iniciativas de colonização, com a fundação de núcleos urbanos esparsos e a formação de uma oligarquia campeira.

Segundo Wachowicz, (1985, p.65-66),

“essas iniciativas não resultaram num efetivo povoamento, encontrando o século XX, na Região Sudoeste um quadro que poderia ser descrito com o de um “imenso vazio demográfico”. Não haveria núcleos urbanos relevantes, nem um processo de desenvolvimento agrícola. A população encontrada seria composta de “caboclos e sertanejos”, construindo-se mais na “frente da frente pioneira”, pois formada pelos colonos gaúchos e catarinenses.”

As primeiras três décadas do século XX, foram marcadas por momentos de ocupação intermitentes na Região Sudoeste com o ingresso de “peões de fazendas” de “fugitivos da lei”, de posseiros da região do Contestado, de argentinos e paraguaios. Estes movimentos somados ao próprio crescimento vegetativo, resultaram num aumento populacional. Além desses, a região recebeu colonos vindos de outros Estados do Sul. Nas décadas seguintes a região foi palco de iniciativas públicas e privadas de colonização, como foi a CANGO, além de assistir a um movimento “espontâneo de ocupação”. Por meio de um levantamento sobre a procedência da população que efetivamente ocupa e coloniza o Sudoeste paranaense, Wachowicz(1986), mostra que ela é majoritariamente gaúcha.

A partir de 1938, mediante uma política de ocupação dos espaços vazios, Getúlio Vargas tentou viabilizar a estratégia da chamada “Marcha para Oeste”.

A “Marcha para Oeste” constitui-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grandes expansão.” (Cameiro, 1981, p. 6 e 7)

d) - Estratégia de trabalho

Neste plano de aula, a maior riqueza para o desenvolvimento dos conteúdos são os próprios alunos, que poderão, através de pesquisa junto aos familiares, verificar a procedência migratória de seus pais, avós e bisavós.

É importante que o professor focalize com os alunos a procedência maior de migrantes foi do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Lançaram-se daquela região, em busca

de novas terras e novas conquistas, trazendo na bagagem apenas esperanças, trabalho e produção.

O Oeste e Sudoeste do Paraná, foram tomados principalmente de descendentes de italianos e alemães, que aqui construíram uma nova história.

É nessa história que o aluno deverá entender a importância da migração do Sudoeste do Paraná para o seu desenvolvimento.

Para a exploração inicial do assunto, os alunos farão uma pesquisa bibliográfica. Muitas obras foram lançadas sobre a ocupação do Sudoeste do Paraná. O professor de história deverá selecionar os livros e conteúdos que enfoquem os principais aspectos. O professor organiza o trabalho em forma de grupo, onde os alunos possam ler, discutir, levantar e anotar os principais enfoques sobre o assunto. O trabalho deve partir na exploração sobre:

- As causas que levaram a saída dos migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- Os períodos de chegada no Sudoeste e Oeste do Paraná.

- As dificuldades enfrentadas.

Esta atividade é de fundamental importância para o entendimento da formação da sociedade sudoestina.

Plano de aula nº 06

a) Assunto: Pesquisa de campo sobre a migração para o Sudoeste do Paraná.

b) Objetivo Geral: Identificar os aspectos históricos e humanos do migrantes que vieram morar no Sudoeste do Paraná.

c) Estratégia de Trabalho

Após reconhecido o assunto em questão, através da pesquisa bibliográfica, o passo a seguir é a montagem de um roteiro de entrevista para ser aplicado junto a algum morador que foi migrante. Essa entrevista deve ser montada junto com os alunos e deve explorar os seguintes assuntos:

- Procedência.
- Origem dos familiares.
- Ano que veio morar na região.
- As razões que os levou a vir morar aqui.
- Veículo de transporte utilizada para chegar nessa região.
- O que encontrou aqui.
- As dificuldades de mudança..
- O que iniciou a produzir.
- Como sentiu as mudanças.
- O que os filhos fazem atualmente.
- Comparação do local de origem e o atual;
- As maiores dificuldades de hoje;
- Outras questões que surgirem durante a pesquisa.

De posse do roteiro de entrevista, o professor orienta os alunos a forma de aplicar. O aluno, ao chegar na residência do entrevistado, deverá explicar qual o objetivo da entrevista. Faz-se as perguntas já elaboradas e anota todos os dados que o entrevistado comentar. Algumas perguntas não planejadas, surgirão no momento da entrevista. Faz-se as anotações, para que seja melhor aproveitados os dados.

Para a aplicação da entrevista, é necessário que o professor estipule um final de semana, onde o aluno terá todas as condições de tempo para aplicar.

Plano de aula nº 07

a) - **Assunto:** Apresentação da pesquisa de campo através de relatório.

Após o término da aplicação da pesquisa e com os resultados já obtidos, cada aluno faz um relatório e expõe para os colegas. Pode-se também, após as apresentações e com orientação do professor, grupos de alunos fazer a tabulação de dados e representar em gráfico e/ou tabelas os resultados obtidos, fazendo uma interpretação dessa tabulação. Por exemplo:

- A questão X, sobre as causas que levaram a saída do entrevistado do local de origem para morar no Sudoeste do Paraná foram:

Tabela 01- causas da migração (30 entrevistados)

Causas	Nº de Entrevistados	%
- O pai tinha pouca terra	20	66
- Casamento e nova vida	05	17
- Briga com a família	03	10
- Busca de uma nova vida	02	7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa de campo, março/1998.

Interpretação:

Observa-se na tabela 01 os resultados mais significativos, que 66% das famílias saíram de suas propriedades de origem, porque o lote da família era pequeno para dividir com mais famílias, e enquanto que 17% porque casaram e queriam um vida nova.

Assim, o aluno terá a compreensão de todo um conjunto de conhecimento sobre as causas, consequência da migração no Sudoeste do Paraná.

Após concluído o trabalho, poderá ser utilizado como fonte de pesquisa para outros alunos. Aqui é importante incluir o trabalho de pesquisa teórica e a entrevista.

Plano de aula nº 08

a) - Assunto: O Êxodo Rural da Região Sudoeste do Paraná.

b) - Objetivo: Reconhecer as causas e as conseqüências do Êxodo Rural, existente no Sudoeste do Paraná.

c) - Conteúdo

Êxodo Rural

O êxodo rural é o movimento migratório do homem do campo para morar na cidade. Esse movimento está relacionado a vários fatores, podendo ser: falta de atrativos, infra-estrutura, fenômenos meteorológicos, baixa produtividade, falta de conhecimento, ilusão da cidade, dentre outros.

O êxodo rural é, na atualidade, um dos mais importantes movimentos internos de população. Suas causas e conseqüências são de grande importância sob todos os aspectos, especialmente nos países onde ele ocorre com grande intensidade, como é o caso do Brasil.

Quais as causas do êxodo rural? Por que o camponês abandona o seu meio?

“Se dissermos que o homem abandona o meio rural devido às precárias condições de vida no campo, estamos dando uma resposta genérica, muito vaga e insatisfatória”. (NAKATA, 1986. p.155)

No caso dos países capitalistas, onde o êxodo rural costuma assumir grandes proporções, suas causas fundamentais resultam principalmente da introdução das relações capitalistas no campo.

A apropriação e concentração de terras nas mãos de um pequeno número de proprietários geraram latifúndios, em substituição às pequenas e médias propriedades.

Os grandes empresários (latifundiários) recebem o apoio das instituições jurídicas e econômicas, enquanto os trabalhadores (rurais, principalmente) são desassistidos de

apoio e proteção. Essa situação acaba por viabilizar a acumulação capitalista dos empresários, e o trabalhador rural abandona o campo.

Além do quadro estrutural, o êxodo rural pode também ser decorrente de outros fatores, como, por exemplo, as calamidades naturais (secas, geadas, inundações).

Nas quatro últimas décadas, o êxodo rural intensificou-se bastante nos países subdesenvolvidos, principalmente naqueles onde se verificou a implantação de atividades industriais. As conseqüências geradas pelo êxodo rural foram muitas:

- despovoamento do campo e, em muitos casos, a queda da produção dos chamados *produtos de subsistência*;

- rápido e caótico crescimento das cidades, já que elas não possuem a infraestrutura necessária para absorver o grande número de migrantes;

- desemprego, subemprego e medicância, já que a cidade não tem condições de oferecer emprego a todos;

- agravamento das condições de moradia (surgimento de favelas e cortiços), de transporte, de abastecimento, de assistência médico-hospitalar etc.

d) - Estratégias de Trabalho:

A exploração do conhecimento nesta área, inicialmente pode ser através de uma pesquisa bibliográfica.

Nesta área de estudos, encontramos uma série de documentos, principalmente nas entidades ligadas a Extensão Rural, como as Secretarias Municipais de Agricultura, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ASSESOAR, EMATER-PR. Além dessas entidades o assunto é encontrados nos livros didáticos.

Até o presente momento os alunos tiveram conhecimento sobre a imigração brasileira do Sul e do Brasil e a migração do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Agora para o

fechamento do entendimento da nossa organização social, precisamos entender sobre as causas do êxodo rural e as conseqüências do êxodo Rural.

Os assuntos de pesquisa poderão ser divididos em grupos. Após levantado as questões, cada grupo expõe as principais conclusões chegadas. Sempre, quando se faz um trabalho em grupo, todos os alunos devem participar. Durante a pesquisa é preciso registrar no caderno as principais conclusões. O professor poderá pedir um trabalho escrito para ser entregue. Nesse trabalho o professor poderá analisar os aspectos levantados na pesquisa.

Plano de aula nº 09

a) - Assunto: A realidade do êxodo rural em Francisco Beltrão, através da aplicação de um questionário.

b) - Objetivo Geral: Reconhecer, através da coleta de dados no campo, as causas e conseqüências do êxodo rural.

c) - Estratégia de Trabalho

Após o conhecimento através da pesquisa é preciso ampliar os conhecimentos, junto a realidade. Para isso, é necessário que se realize um trabalho de pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário .

O professor e os alunos montam um roteiro de questões que poderão ser exploradas no questionário.

Os assuntos explorados podem ser:

- Tempo que veio na cidade.
- Razão da saída do interior.
- As dificuldades e as facilidades de se viver do campo.
- O que fez com a terra.
- As vantagens de morar na cidade.
- Atual emprego.
- As dificuldades da cidade.
- Outras questões que os alunos sugeriram.

Após a aplicação do questionário, reúne-se os alunos em grupo para fazer a tabulação, representação dos dados em gráficos e tabelas e interpretação dos dados, conforme a metodologia do plano de aula nº 07.

Plano de aula Nº 10

a) - Assunto: A Revolta dos Colonos de 57, Francisco Beltrão

b) - Objetivo Geral: Reconhecer os aspectos importantes da Revolução dos Colonos de 1957, ocorrida na Região Sudoeste do Paraná.

c) - Conteúdo

A Revolta de 57

O assunto se refere a um conflito local, que teve grande repercussão no meio histórico regional. Muitos livros, muitos estudiosos lançaram suas dissertações referente ao assunto. Foi tema de concurso de redação (Jornal de Beltrão - 1997) e muitos estudiosos visitaram as escolas públicas para proferir palestras.

É dentro dessa política que, em 1943, através do Decreto No 12.417, de 12/05/43, Getúlio Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO.

O Decreto de criação da CANGO, em seu art. 1º estabelecia que:

“ Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “General Osório”, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares.”(Decreto No 12417/12/05/43)

A CANGO teve uma importância decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná. Sua criação respondeu, em parte, à reivindicação por lotes de terra de reservistas ex-agricultores, mas prioritariamente, atendia

“aos propósitos da política de assentar os pequenos produtores sem terra e... atingia os objetivos estratégicos de povoamento da fronteira, já que os limites entre Brasil, Paraguai e Argentina não existiam de fato, principalmente no período de extração de erva-mate, quando os produtores daqueles países chegavam a se instalar na região por algum tempo, retornando posteriormente”. (Paula, 1983, p. 40)

O objetivo estratégico de povoamento da fronteira é reforçado logo após a criação da CANGO. Em 13 de setembro de 1943, o Decreto-lei, No 5.812 cria o Território Federal do Iguaçu. Como a CANGO localizava-se dentro da Gleba Missões e, essa, na área do Território, passou a colônia agrícola a ter também como objetivo a colonização da área de fronteira do território, a partir da instalação dos colonos gaúchos.

Embora a criação de colônias agrícolas tenha decorrido de uma medida ditatorial e conservadora, a análise da atuação da CANGO, uma das poucas colônias que apresentou resultados significativos, mostra que esta atuação foi extremamente democrática.

A política de colonização que dominou no Brasil em diferentes momentos históricos, sempre constituiu um reforço à propriedade privada, visto que o acesso à terra só era permitido aos que tivessem poder de compra, ou seja, a quem se propunha pagar ao latifúndio uma renda a título de preço da terra. (Abromovay, 1981. p. 41)

Nos primeiros anos de atuação, a CANGO dava terra ao agricultor, bem como uma ajuda técnica, de assistência social e de infra-estrutura.

Segundo Walter A. Pécóits, que assumiu a liderança do Movimento de 57 na cidade de Francisco Beltrão,

“Nesta colônia agrícola, “o agricultor... chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça... uma média de 10 a 20 alqueires pro agricultor... mediam a gleba e, conforme o colono vinha chegando, eles o colocavam na terra que escolhera e aceitara receber. Como às vezes chovia e acumulava o serviço, a CANGO criou um núcleo em Santa Rosa, a 7 ou 8 quilômetros daqui, e fez casas para que o agricultor morasse nelas até ser transportado para a casa construída no lote rural que havia recebido”. (Pécóits - Entrevista, 1997)

Embora tenha instalado uma serraria em Santa Rosa para a construção das casas dos colonos, só eram serrados os pinheiros velhos, os caídos, o pinheiro que estava

doente, derrubado por tempestade. A preocupação com a reserva florestal fez com que a CANGO nunca localizasse agricultor debaixo de pinhal. Só botou agricultor em mato branco, onde estavam as terras melhores.

Essa preocupação em localizar o agricultor nas terras mais produtivas e preservar a florestas nativa, levou a Colônia Agrícola a contratar um número significativo de guardas florestais.

“... a CANGO mantinha um serviço de Segurança, ... um policiamento dentro da área, os guardas florestais, para não permitir queimadas que trouxessem risco para a mata, ... junto às reservas de pinhal. Enquanto a CANGO teve autoridade, esta reserva florestal foi completamente respeitada.” (Pecóits. Entrevistas, 1997)

Sendo uma região onde tudo estava por ser feito, dar infra-estrutura aos colonos implicou também abrir estradas, construir pontes, escolas, etc.; construir escolas exigiu contratar e manter professores, o que foi feito até 1957.

Revolta dos “Colonos Posseiros” do Sudoeste, teve como maior objetivo a luta pela defesa do solo por eles desbravado banhado pelo suor do seu rosto e por suas mãos calejadas.

Foram envolvidos por nobres sentimentos de apego à terra, o orgulho pelas suas obras realizadas, o espírito comunitário, o interesse voltado para o bem comum e o desenvolvimento social, levaram os posseiros a lutar na defesa de suas conquistas e de seus mais sagrados direitos a “Liberdade e Segurança”.

Sem dúvida foi o maior e mais autêntico sentimento nativista vivenciado pelo povo brasileiro nesta região.

Do outro lado encontramos a ação das Companhias Colonizadoras lideradas pela CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda), visando somente o lucro

fácil, arrecadar enormes somas de dinheiro no menor tempo possível. Para alcançar seus objetivos escusos contra um povo humilde e trabalhador. Implantaram o terror, criaram um clima de instabilidade social, de segurança e tensão na região do Sudoeste do Paraná.

Para garantir êxito na sua desmedida ambição contratam os “Jagunços” e os armam, dando-lhes todo o poder de forças os posseiros na compra de terras.

Os jagunços além de assalariados, recebiam gratificações pela sua valentia e em obediência as ordens executada.

Obter somente lucros e no menor tempo possível eram as ordens e seus patrões.

Causas:

- Desrespeito às leis e o desprezo contra o homem do campo.
- Desinteresse dos governantes e políticos por uma solução urgente no problema dos posseiros.
- Clima de instabilidade e insegurança a que fora levado o colono no núcleo com o aparecimento de pretensos donos.
- Instalações de grupos econômicos em Francisco Beltrão e região, através de Companhias Colonizadoras.
- Uma série de arbitrariedades, punições injustas contra os posseiros e suas famílias.
- Péssima atuação das Companhias na região Sudoeste e ação de jagunços espalhando medo, levando o terror e as ameaças à população.

Conseqüências:

- Vitória dos colonos com o fechamento dos escritórios das Companhias e expulsão dos chefes, funcionários e jagunços.

- Muitas mortes, desaparecidos, presos, surrados, estupros, lares assaltados, saqueados e incendiados.

- Desapropriação e declaração de utilidade pública pelo Governo Federal das Glebas, Missões e Chopim.

- Afastou-se o fantasma das Companhias Colonizadoras e dos Jagunços.

- Criação do GETSOP (Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná), as terras foram escrituradas em favor dos posseiros.

- Novo surto de desenvolvimento eclodiu no Sudoeste com a mecanização da lavoura.

- Expansão do crédito aos colonos junto a Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

- Pavimentação e melhoria das estradas de rodagem.

- Aproveitamento do potencial energético com instalações de Usinas Hidrelétricas.

d) - Estratégia de Trabalho

O assunto será explorado através de uma pesquisa bibliográfica, que retrata a história da Revolução de 57.

Após a coleta de informações, parte para assistir a fita de vídeo que retrata o assunto em questão. A explanação do assunto da fita está no plano de aula nº 11.

Plano de aula nº 11

a) Assunto: Palestra em fita de vídeo, com Dr. Walter Pecóits - Chefe da Oitava Regional de Saúde.

b) Objetivo Geral: Identificar os principais aspectos da Revolta de 57, através da palestra proferida pelo Dr. Walter Alberto Pecóits.

c) Conteúdo

No anexo 03, contém a síntese a Palestra que o Dr. Walter proferiu no dia 05/11/97 aos alunos da Escola Estadual Beatriz Biavatti.

d) Estratégia de Trabalho

No anexo 02, está representado, a entrevista que Dr. Walter deu ao Jornal de Beltrão, no dia 29/10/97, quando ele completou 80. Esta reportagem é importante e poderá ser explorada em sala de aula em forma de leitura e posterior discussão, abordando o assunto sobre a vida de um dos colonizadores de Francisco Beltrão e participante direto da Revolta de 57.

Após desenvolvida a atividade sobre a reportagem sobre Dr. Walter, os alunos serão reunidos na sala de vídeo, levando consigo caderno para fazer anotações das principais idéias.

Plano de aula nº 12

a) - Assunto: Discussão das principais idéias sobre a Revolta de 57.

b) - Objetivo Geral: Discutir sobre as principais idéias apresentados na palestra sobre a Revolta de 57, após assistir a fita de vídeo.

c) - Estratégia de trabalho

Após assistir a palestra, reúne-se os alunos na sala de aula para fazer uma discussão das principais idéias que houveram na palestra. O professor coloca-as no quadro, ordenando-as por assunto e seqüência, conforme colocações que os alunos levantarem.

Pode-se explorar uma análise comparativa entre os textos da pesquisa bibliográfica, com o que se viu na palestra, proferida pelo Dr. Walter.

Após as conclusões finais, cada aluno faz um relatório escrito sobre todos os assuntos vistos, referente a pesquisa bibliográfica e palestra e entrega.

3.3 - Avaliação dos conteúdos estudados

A avaliação consiste em verificar a apropriação do conhecimento pelo aluno.

A professor pode avaliar os seguintes aspectos.

- A apresentação da pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

- A exposição do trabalho, através da sua participação direta, demonstrando com isso, que houve a assimilação do conhecimento.

- O trabalho a campo, através do resultado da entrevista e do questionário.

A apresentação e exposição da entrevista e do questionário, demonstrará que houve interesse por parte do aluno na busca do conhecimento.

- a tabulação, representação dos dados em gráficos ou tabelas. São exercícios importantes para o domínio do conhecimento.

- Interpretação e apresentação dos dados levantados.

- Interesse e participação durante a pesquisa, apresentada.

- Desenvoltura, habilidade na expressão.

- Uso de recursos audiovisuais.

- Relatórios de Pesquisa.

- Teste escrito (Focalizando apenas aspectos positivos. O teste deve ser um descrição do que foi visto e proposto).

- A participação, o interesse e assistir a palestra e dela obter conhecimentos através das anotações feitas.

- Participação nas discussões em sala de aula sobre o aluno.

- Apresentação do Relatório das atividades referente ao vídeo.

- A participação e interesse no desenvolvimento dos trabalhos em grupo.

... ou seja, a Avaliação deve ser um processo dinâmico, contínuo, sempre acompanhando a evolução das atividades diárias dos planos de aula.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos o trabalho, percebemos que o que foi registrado e planejado, não é um produto acabado. É necessário que a cada vez mais, busquemos nos aperfeiçoar, novas alternativas, testar novas metodologias, como recursos audiovisuais, eletrônicos, para auxiliar em métodos mais sofisticados, melhorando com isso, o processo ensino aprendizagem.

Na disciplina de história, o que é mais “repugnante” para o aluno, é o sistema tradicional de ensino, onde o professor não sabe o que está fazendo e o aluno não entende o que o professor está fazendo. O conteúdo é repassado de uma forma monótona através de leitura e responder questões, sem haver, realmente uma fixação do conhecimento com o real. Com tantos recursos audiovisuais, música, pode-se utilizá-los de inúmeras possibilidades. O professor tem um mundo para explorar, através dos filmes, fotos, TV, música, livros, que são documentos históricos possuidor de significações e de testemunhos conscientes e visíveis ou não.

Preocupamo-nos em apresentar um programa de história que utilize métodos de trabalho com o aluno, onde ele é o agente do conhecimento, ou seja, que ele busque e elabore o conhecimento tirando suas próprias conclusões. Para isso, é preciso que um

conteúdo programático planejado, deva apresentar uma metodologia de exploração, sem a qual não teremos resultados eficazes. Nesse sentido, podemos observar nos 12 planos de aulas apresentados neste trabalho, apresentam metodologias diferentes de exploração do conhecimento.

Nos Planos de aula sobre a imigração brasileira, procurou-se a explorar o conteúdo através da explanação, após os objetivos bem traçados, através de pesquisa bibliográfica. O professor é o interventor direto para dar todas as orientações que o aluno necessite. Após a exploração bibliográfica, cada grupo faz a exposição do trabalho pesquisado. O professor através de uso de mapas em transparências localiza o fato e explana.

Nos Planos de aula sobre a Migração para o Sudoeste do Paraná, procurou usar o método da pesquisa bibliográfica e exposição de trabalho. Além disso, como temos o fato histórico próximo de nós, também podemos explorar o assunto através de uma pesquisa de campo e apresentação de relatório dos dados coletados.

A atividade de campo resulta no aprofundamento do conhecimento em questão. O aluno terá o contato direto com o fato histórico e isso pode ser um momento bastante rico.

Nos Planos de aula sobre o êxodo rural da Região Sudoeste do Paraná, foi planejado sob dois pontos importantes: pesquisa bibliográfica sobre o assunto e questionário para ser aplicado junto às famílias que viviam na zona rural. Esta metodologia a ser aplicada, dará uma visão mais ampla ao aluno, onde ele entenderá que o crescimento urbano e migrações internas, ocorrem devido a vários fatores.

Nos Planos de aula sobre a Revolta dos Colonos de 1957, reflete uns dos acontecimentos marcantes da história de Francisco Beltrão. Por isso, a exploração do assunto é através de uma palestra em vídeo com Dr. Alberto Pecóits, que participou ativamente do

movimento. Após assistir a palestra os alunos reunir-se-ão na sala para debater os principais pontos da Revolução de 1957.

Quanto a avaliação, podem ser utilizado vários critérios, conforme o plano de aula. Podemos destacar, a avaliação num processo participativo e o cumprimento das atividades. O método participativo de avaliação requer do aluno, interesse e responsabilidade pela execução de atividades planejadas.

O cumprimento das atividades, através da aplicação de entrevista e questionários, organização de trabalhos, apresentações, etc, representa uma evolução na sua cultura e conhecimento. Por isso, deve-se considerar bastante esses aspectos, na avaliação.

Não só esses meios, o aluno pode ser avaliado, temos também:

- Auto avaliação, (desde que seja direcionada ao conteúdo trabalhado).
- Apresentação de resultados.
- Testes escritos.

O professor é o mediador de todo o processo. É preciso que ele busque metodologias mais afins, sempre procurando estabelecer o ensino numa realidade do aluno.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A **Revolta dos Colonos. 1957 - 1997.** FACIBEL - ASSESOAR. Ed. Grafite. Francisco Beltrão-Paraná.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: O sudoeste paranaense.* São Paulo, 1981.
- BRACBECK, Marta de Souza Lima. *História: estudos correspondentes de 5a a 8a séries.* 1o Grau. V. 2. Curitiba/Educarte, 1996.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna.* São Paulo Cia das Letras, 1989.
- BURSTON, W. H. *Handbook for History Teachers.* Londres, 1972. p.p. 59-74. Principles - of History Teaching - 1972. p.p. 152 - 186.
- CALDAS, Waldoni Jr. *Iniciação a Música Popular Brasileira.* São Paulo, Ática, 1985.
- CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta camponesa de Formosa e Trombas.* Goiânia, 1981.
- CORANDINI, Odacir L. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais.* Rio de Janeiro: Zahan, 1982.
- COSTA, Emilia Viotti da. *“Da Monarquia a República Momentos Decisivos”.* SP. Brasiliense. 1987.

CUNHA, Maria de Fátima da. *Contando o Brasil Pós 64*. In: História e Ensino. Londrina, V. 2. Abril, 1996.

_____. *Eles Ousavam lutar. A Nova Esquerda Brasileira no período de 64-72*. Assis, Mimeo./UNESP. (Dissertação de Mestrado), 1993.

FELGUEIRAS, Margarida L. *A disciplina de História no 3o Ciclo do Ensino Básico*. In: Pensam a história repensar o seu ensino. Porto, Porto editora, 1994.

FERRO, Max. *Analyse de film, analyse de sociétés. Une source nouvelle pour. I' histoire*. Paris Hachette, 1975.

FRANCO, Ap. REGO, Rubem Murilo Leão. *Tensões sociais na frente de expansão: A luta pela Terra no Sudoeste do Paraná*. 1940 - 1970.

GOMES, Carlos. *A luta Camponesa e apropriação do espaço por poloneses atingidos pela barragem Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1987.

GOMES, Iria. 1957. *A Revolta dos Posseiros*. 2a ed. Curitiba: Criar, 1987.

GRAZZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JOALILHO, André Luiz. *Projeto de Pesquisa: como fazer*. In: História e ensino. Londrina, V. 2. Abril, 1996.

LAZIER, Hermogenes. *Coleção Cadernos do Sudoeste do Paraná*. No 1 p. 6-10.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil* 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, K. *O Capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1. T. 1.

MEIRELLES, William R. *O Cinema como fonte para o estudo da História*. In: História e Ensino. Londrina, V. 3. Abril, 1997.

NAKATA, Hirome. *Geografia Geral*. 2a ed. São Paulo: Moderna, 1986.

NEVES, Joana. *O Ensino de História Local*. In: Cadernos de história, Uberlândia. V. 5. No 5. JAN/DEZ, 1994

PALMEIRA, Moacir. *Modernização. Estado e questão agrária*. Rio de Janeiro, 1989.

PAULA, Nilson Maciel de. *Os Camponeses e a intermediação Comercial: Um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste paranaense*. Curitiba, 1983.

PILATTI BALHANA, Altiva. MACHADO, *Brasil Pinheiro. e Westphalen, Cecília Maria. História do Paraná*. Vol.01 2ª ed. PR. GRAFIPAR, 1969.

ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Globo, 1992.

SAKAMAGO, J. “*Ficção como História. História como Ficção.*” In: Folha de São Paulo. 30/04/88.

SANTOS, Regina Bega Santos. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.

SEGAL, André. *Por uma didática da Duração*. Universidade de Quebec. Depto. de História.

SEYFERTH, Geraldo. “*A Colonização Alemã no Vale do Itajaí - Mirim*. Porto Alegre - Movimento - Sab, 1974.

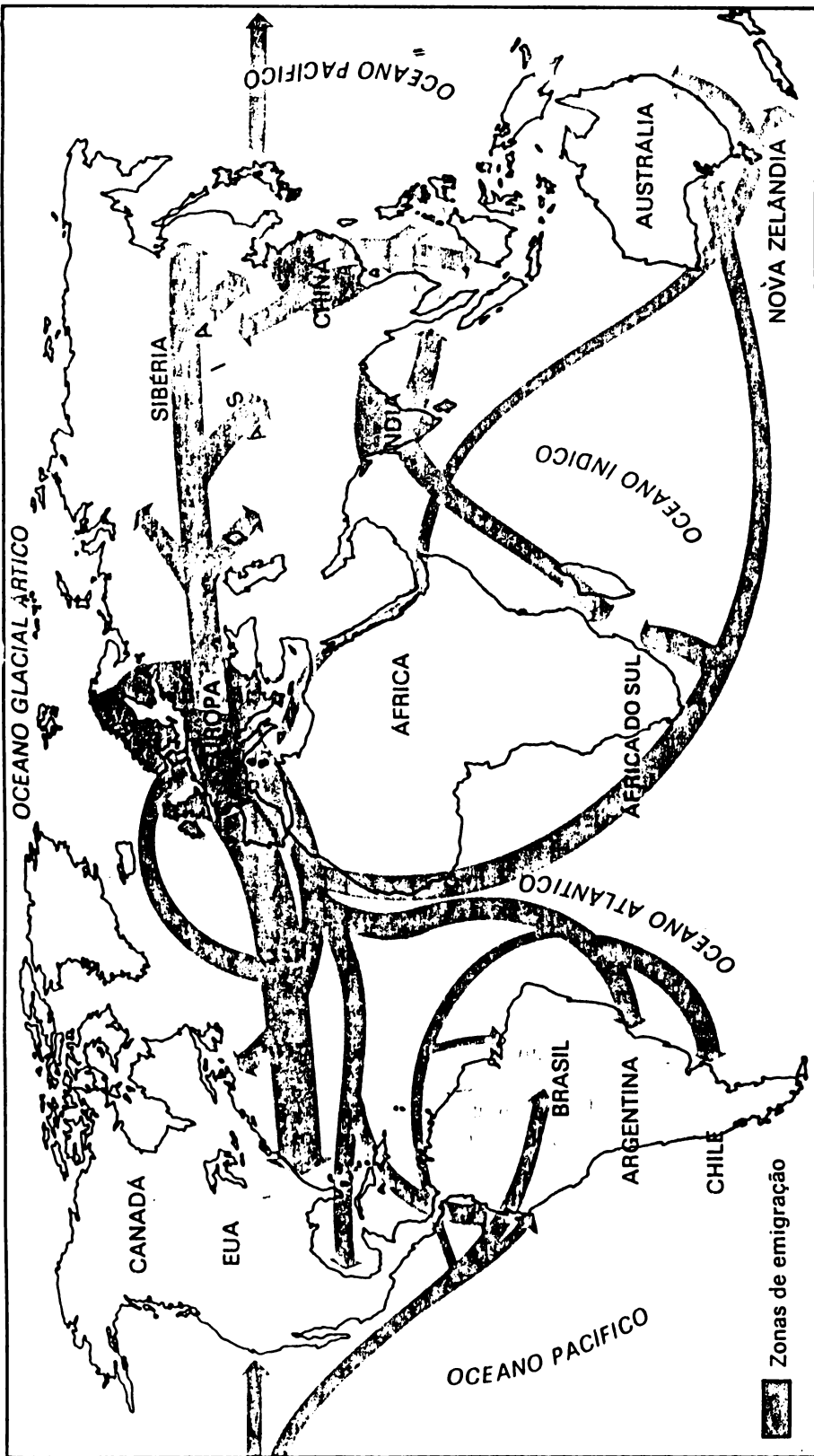
WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Paraná Sudoeste; ocupação e colonização*. Curitiba: Litero Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília. *Nota prévia ao estudo da ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da UFP. Curitiba, 1968.

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória História, Cronológica Topográfica e Descritiva da Vila Morretes*. Curitiba - 1950.

Anexo 01

Mapa Mundi, representado as migrações externas no mundo.



FONTE: A Nova Geografia: Magnolli e Araújo - 1996

Anexo 02

Entrevista de Walter Alberto Pecóits ao Jornal de Beltrão.

WALTER ALBERTO PÉCOITS

Aos oitenta anos, um homem realizado e feliz

Jaúcio nascido em Santa Maria em 29 de outubro de 1917, médico, formado em Porto Alegre, residindo deste setembro de 1952 em Francisco Beltrão, de foi vereador, prefeito e deputado, tendo exercido também cargos no primeiro escadão do Governo do Estado. Walter Alberto Pécoits revela que, embora desde o tempo de estudante tenha se envolvido em política, nunca deixou de exercer a medicina. Ontem mesmo ele consultou pacientes em seu hospital. Ele revela que chega aos 80 anos de idade como um homem realizado, feliz e sem mágoas.



Walter Alberto Pécoits, aos 80 anos de idade.

Nesta semana, quando funcionárias da 8ª Regional de Saúde (da qual ele é o chefe desde 1993) lhe mostraram cartazes que espalharam pela cidade, relativos ao seu 80º aniversário, e confessa que foi um fato que o deixou "altamente emocionado, tocou nas minhas pronomírias".

Pécoits revela que "é agradável chegar a esta idade, que não são muitos que chegam, e estar trabalhando, lúcido, conservando os velhos amigos e companheiros, sendo útil à coletividade. A terceira idade só é gradável quando há qualidade de vida: condições físicas, e um bom raciocínio, recordações, estar ainda produzindo alguma coisa de útil".

Para Pécoits, dirigir a 8ª Regional de Saúde, nesta altura de sua vida, é importante, segundo ele, por dois motivos. Um por sentir-se "útil à coletividade" e outro porque é a retomada de um pedido que o governador Bento Munhoz da Rocha Neto lhe fez em 1954. No início de 1953, o médico Rubens da Silva Martins assumiu a Prefeitura e sua função, chefe do serviço de saúde em Francisco Beltrão, foi oferecido a Pécoits, e com o tempo assinado, imitando-o, pelo próprio governador. Mas Pécoits já planejava construir seu hospital, estava trabalhando em uma clínica privada. Agradeceu ao convite. Mas após 40 anos, para surpresa de muitos, o convite foi renovado e, "para o espanto do secretário de Saúde, eu aceitei; o cargo que eu havia recusado quando cheguei em Beltrão, aceitei agora que estou saindo", brinca Pécoits. Aceitou e está se dedicando "de corpo e alma à nova empreitada".

Pécoits mostra que leva a

função muito a sério. Na entrevista de ontem à tarde, ao Jornal de Beltrão, gastou mais tempo para falar dos planos de saúde que ele abraçou, junto com o secretário Armando Raggio e o governador Jaime Lerner (PFL), do que de seus 80 anos de vida.

"Nós, apesar da limitação dos recursos financeiros, estamos do Paraná, na área de saúde, uma administração um pouco diferente, mais atualizada, mais moderna, mais de acordo com as nossas necessidades. O quadro, com referência à saúde, está avançando", garante o hoje octogenário médico que já recebeu os títulos de cidadão honorário de Francisco Beltrão e cidadão honorário do Paraná.

"Lentamente, mas seguramente, a saúde no Estado do Paraná, neste governo, adotou novos critérios e hoje, mais do que nunca, nós estamos indo ao encontro das necessidades da população, melhorando as condições de saúde e não esperando que a doença se estabeleça, e trabalhar preventivamente."

HOMEM FELIZ

Poucos têm a felicidade de um dia retirar todos os pesos e quitar todos os seus compromissos com a vida, como tem acontecido com o aniversário desta quarta-feira

"Eu digo sempre que sou um homem feliz, sou um homem realizado. Não guardo rancor de nada, mesmo que em determinada época da vida nacional eu tenha sido alvo da raiva, do ódio de inimigos políticos, de homens da ditadura, que me cassaram, cortaram a minha carreira política definitivamente, me prenderam, me torturaram, eu não guardo ódio nem ressentimen-

to. A única coisa que eu lamento, e que me sinto traumatizado, é que eu sempre julguei que tinha possibilidade boa na carreira política. Eu fora líder estudantil, fora vereador no Rio Grande do Sul, vereador, prefeito e deputado em Beltrão (primeiro deputado eleito pelo Sudoeste Novo, quebrando a rotina dos candidatos de Clevelândia), eu não guardo rancor de nada disso a não ser de terem me tirado o direito de fazer política, isso me representa, ainda hoje, uma certa frustração. Eu me julgava capaz, honesto, sem vaidade nenhuma, sem auto-elogio; sempre procurei, na minha vida política, no tempo que pude fazer, defender os interesses dos menos protegidos."

UM DIA NORMAL

Para hoje, dia de seu 80º aniversário, dr. Walter diz que espera ter um dia normal como os demais, como foi o de ontem. Ele diz que é um homem de levantar tarde e levantar cedo. Ontem, levantou às 7:15, enquanto a empregada preparava o café, ele foi tratar seu canário e seu papagaio, o Rico (tinha um tumor, mas "foi óbito, morreu recentemente, e o pulcero - o PSDB - parece que está morrendo lentamente"), deu uma olhada em suas mangas, tomou café, desceu a 8ª Regional, despachou, estudou alguns processos, falou com seus funcionários, visitou, como é seu costume de todas as manhãs, cada chefe de serviço, convivendo com cada um deles um pouco; às 11 horas foi atender consultas no hospital; à tarde atendeu novamente na 8ª Regional, que está de mudança da Rua São Paulo para a Rua Romeu Mauro Werlang.

HOMENAGEM AOS FUNCIONÁRIOS

Quanto à mudança de local, ele diz que é uma homenagem aos funcionários, que ele atesta como competentes e eficientes. "Aqui nos tratamos como irmãos, nunca há um atrito sério entre qualquer um de nós, nós concordamos, sempre discutimos, e eu tenho tido a oportunidade de chegar aos 80 anos com uma equipe de primeira qualidade. Isto é uma felicidade para mim."

MEDICINA

"Sempre me dei bem com a medicina, sou um profissional realizado, hoje faço medicina mais pra manter a forma, mas fiz medicina intensivamente, era o cirurgião da região, levantávamos às cinco horas da manhã pra operar até as nove, depois, como prefeito, ia pra prefeitura, ou ficava até as onze horas no consultório, ao meio-dia ia pra prefeitura, às quatro da tarde ia pra casa e até as dez da noite trabalhando. Sempre médico e prefeito, naquela época. Mesmo no tempo de deputado não deixei de medicar. Eu sempre me dei bem com o trabalho, o trabalho sempre me fez bem. Até eu acho que chegar aos 80 anos, como cheguei, me considero um homem feliz, com boa memória, enxergo pouco porque me tiraram um olho foi acidente ditatorial, tenho boas condições de saúde, sou um homem feliz".

DECEPÇÃO AO NASCER

Ao falar do dia 29 de outubro de 1917, Pécoits imagina "a decepção de meus pais, eles já tinham dois filhos (Anires, falecido há dois meses com 83 anos de idade, e Conrado, 82 anos), esperavam uma menina. E nasceu ele, o terceiro menino da família. Somente depois nasceu a menina, Dinah, hoje com 77 anos, foi a última menina, faleceu precocemente aos 14 anos, de uma complicação da operação de víscula biliar. O pai, Conrado Pécoits, de origem francesa, viveu 84 anos."

Walter Alberto Pécoits casou com dona Manoela e tem três filhos, Roberto Flávio (empresário), Walter Alberto Pécoits Filho (médico) e Rosa Maria, que veio de Curitiba ainda ontem, para comemorar com toda a família o 80º aniversário, junto com os nove netos e uma bisneta (Dúlia, filha de Alexandre, filho do Roberto).

Anexo 03

Síntese da palestra proferida pelo Dr Walter Alberto Pecóits, sobre a Revolta de 57.

PALESTRA
COM
DR WALTER ALBERTO PECÓITS
SOBRE
“ A REVOLTA DE 57”

Resumo da Palestra

Dr. Walter inicia a Palestra esclarecendo alguns que ocorreram no passado na região do sudoeste do Paraná, dentro de um contexto histórico do Estado e a nível nacional. Teve grande importância para a região, uma vez que neste período de 57, uma um movimento social de grande repercussão.

Dr. Walter considera que o movimento foi de posse de terras por agricultores, sem a influencia religiosa e política partidária. Não se usou forma braçal, para as conquistas.

Na época, toda a região da faixa litorânea era povoada desde o porto de Paranaguá, e região de Curitiba. Mas o interior do Paraná era ainda uma região pouco povoada.

Na 1ª Guerra Mundial entre o período de 1914 a 1918, houve em todo na Europa um período da falta de alimentos e produção.

Famílias européias, sabendo que o Brasil possuía terras de boa qualidade, filhos dessas famílias, vinham para cá, na busca dessas terras principalmente no Rio Grande do Sul. A política adotada por esses imigrantes era a melhor possível: era dada até uma área de terra, bem como, assistência a saúde, alimentos, escola, moradia, energia elétrica, sementes. De São Leopoldo a Marcelino Ramos, foi povoado por imigrantes, dando inicio, com diz Dr.

Walter, a uma reforma Agrária, pois os objetivos eram dar terras a estrangeiros para produzir alimentos. Formou dados em média 110 alqueires de terra para cada família.

Graças a isso, o Rio Grande do Sul foi povoado e começou a se destacar na produção agrícola de milho, soja, trigo, feijão, frutas, hortaliças, criações domésticas, etc, tendo o objetivo a produção para a subsistência e o excedente para a comercialização.

Em pouco tempo, o Rio Grande do Sul foi tomado pela imigração e pelos seus descendentes. A imigração auxiliou na formação e desenvolvimento das cidades de Xaxim, Caxias do Sul, Erechim e outras.

Uma das atividades de destaque, foi a implantação de parcerias, com grande produção de uva e vinhos.

Em 1940, o Rio Grande do Sul, bastante povoado, começa a uma disputa de terras dos seus descendentes. Nessa época o Paraná era pouco povoado. Desse povoamento, havia índios, jagunços e alguns fazendeiros.

Com a instalação da CANGO, na região Sudoeste do Paraná, havia uma promessa o Presidente da República de quem viesse para essa região, teria muitas conquistas, como uma área de terra, hospital gratuito, máquinas e implementos agrícolas. Isso deixou os jovens do Rio Grande do Sul com bastante anseios em busca dessas condições.

Em 1952, a CANGO, tinha 2000 pessoas cadastradas. Cada família recebeu pelo menos 20 alqueires de terra.

Nesse mesmo ano, ocorreu a primeira eleição de Francisco Beltrão, Pato Branco, Barracão e Santo Antônio do sudoeste.

As terras a esquerda do Rio Marrecas do Rio Chopim e Rio Iguaçu, pertenciam a Gleba Missões. O seu tamanho era de 125.731 hectares. Existiram outras glebas menores de até 12 ha. Uma Empresa Nacional, chamada de CITLA, formada por várias pessoas, instalou-se na região, reclamando das terras que a CANGO distribuiu para os colonos. Tinha em mãos escrituras falsas, pois a CANGO não distribuiu escrituras aos colonos. A CITLA propôs aos

colonos que fizessem as escrituras, mediante pagamento do valor da área de terra. Os colonos se recusaram a tal proposta. Quando a CITLA viu que os colonos não iam fazer as escrituras e nem pagar pelos terrenos, começaram a partir para a violência, ameaçando os colonos de morte. Trouxeram policiais vestidos a paisana, bandidos vindos do Nordeste e Norte do Paraná, que andavam armados, chamados de jagunços. Os colonos evitavam de discutir com os bandidos, as vezes até se escondiam no mato. De 1955 a 1957 por causa desse temor, pouco se produzia. Colonos, comerciantes, profissionais liberais, começaram a se armar e discutir o que iriam fazer contra a CITLA.

em 1957, reunidos na praça, a sociedade beltronense reivindicavam seus direitos contra o governo e Posseiros fazendo as seguintes exigências:

- Mudança de delegado;
- Recolhimento de todos os soldados;
- Destituição do juiz e do Promotor;
- Não abrir mais as portas dos escritórios;

Muitas conquistas foram positivas, que culminou nos direitos de posse definitiva.